

## **ANÁLISE DE RESUMOS DE COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA.** Tatiana Silva Costa, Sadao Omote.-3.20-Pedagogia-Departamento de Educação Especial-Faculdade de Filosofia e Ciências-Campus de Marília.

No Brasil o sistema educacional inclusivo está baseado, em parte, em documentos internacionais como a Declaração Mundial de Educação para Todos, firmada durante a Conferência Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem, que ocorreu em Jomtien, na Tailândia, em 1990, em que fica garantido o direito à educação para todos, e a Declaração de Salamanca firmada durante a Conferência Mundial sobre a Educação Especial, na Espanha, em 1994, que garante acesso de qualidade às pessoas com necessidades educacionais especiais (é ela que começa a utilizar a nomenclatura necessidades educacionais especiais). Após a Declaração de Salamanca a Educação Especial passa a ser vista como apoio, pois, seu foco de atenção já não é mais o sujeito e sim as adaptações que o ambiente deve sofrer para se adaptar a ele. Sobre os documentos nacionais, podemos citar a Lei Nº9394/96-Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), que dedica três artigos para a Educação Especial. No art.58 fica estabelecido que a Educação Especial é uma modalidade de ensino que deve ser ofertada e ter início na educação infantil. O art.59 assegura um currículo, técnicas e recursos adaptados, e professores especializados. O art.60 trata do apoio financeiro que recebem instituições privadas ou sem fins lucrativos.

Ainda sobre os documentos nacionais, também podemos destacar o Plano Nacional de Educação, que atribui à universidade o papel de realizar estudos, reflexões e investigações, ou seja, produzir "[...]conhecimento científico relevante que permita a descrição e a das práticas educacionais" (FERREIRA, 2001, pg. 11). Com o aumento significativo das discussões sobre o tema da inclusão, os olhares de muitos profissionais voltam-se para a pesquisa em Educação Especial. "[...] Pode-se afirmar que contamos hoje com um acúmulo importante de investigações sobre a educação especial brasileira." (FERREIRA, 2001, pg. 5).

Apesar desse significativo acúmulo de investigações, este tema foi escolhido devido à falta de estudos que apresentem dados comparativos sobre o que se está pesquisando na área da Educação Especial e de que forma supostamente estes estudos contribuirão para a formação do profissional da área de Educação, particularmente da Educação Especial.

Este projeto tem como intenção analisar o caderno de resumos de trabalhos (pôsteres e comunicações orais) apresentados em um evento de Educação Especial.

Foram analisados 318 resumos de trabalhos (222 comunicações orais e 96 pôsteres) apresentados na VII Jornada de Educação Especial -Inclusão: Intenção e Realidade, realizada na UNESP, campus de Marília, no ano de 2004. Foram levantados eixos temáticos distribuídos nas categorias: 1)tema da pesquisa, 2)fonte de dados, 3)categoria de deficiência, 4)instrumento de coleta de dados e 5)Delineamento de pesquisa. Cada categoria foi subdividida em subtemas a serem pesquisados.

Dois codificadores fizeram individualmente a categorização e foram encontrados índices de concordância, por eixo temático variando entre 75% a 100% para pôsteres e de 93,7% a 100%para comunicações orais.

Os dados levantados foram inseridos e gerenciados em uma planilha eletrônica facilitando assim a análise dos dados.

Depois de feita a análise estatística, obtivemos como resultados: para a categoria Tema da Pesquisa, o subtema mais frequentemente tratado, com 43%, o da Inclusão (em seus vários aspectos como o escolar, o social, o político, geral e o operacional); seguido do subtema recursos e estratégias de ensino com 13%; em terceiro lugar temos o subtema intervenção junto ao deficiente (desenvolvimento de habilidades e educação escolar) com 7%; os subtemas família, concepção de deficiência e lúdico e habilidades motoras aparecem empatados com 6,0%; capacitação e formação de professores obteve 4,4%;

logo após temos também empatados os subtemas comunicação alternativa e avaliação do deficiente com 4%; pesquisa e produção científica aparece com 3,4%; e temos o subtema acessibilidade com 2,5%.

Podemos observar que a temática da inclusão é significativamente o tema mais abordado, com 136 resumos de trabalhos. Esse dado se difere do estudo realizado por Manzini, no ano de 2003. Ele analisou 95 artigos publicados na Revista Brasileira de Educação Especial no intervalo entre 1992 a 2002. Nesta análise o tema da inclusão aparece com apenas 3 artigos publicados (3,1%), o tema mais freqüentemente tratado foi educação/ensino que representa 14 artigos (14,7%). Este tema aparece no presente estudo em terceiro lugar com 23 resumos. Outro dado interessante presente nos dois estudos é o que se refere a acessibilidade, que aparece como um dos temas menos abordados, na pesquisa de Manzini, o tema aparece em apenas 1 artigo e neste estudo o tema representa 8 artigos.

No eixo Fonte de Dados, o próprio aluno deficiente é a principal fonte com 42%, o que significa 134 resumos. É um número muito elevado, se comparado com as outras fontes utilizadas. Em seguida temos o subtema família com 16%, que representa 51 resumos; 39 resumos de trabalho utilizam mais de uma fonte de dados, correspondendo a 12%; 37 resumos não especificam a fonte de dados, com 11,7%; em quinto lugar aparecem empatados com 7,5% os subtemas comunidade escolar (diretores, coordenadores e funcionários) e professores, o que corresponde a 24 resumos cada; 2% dos resumos de trabalho, ou seja, 6 resumos utilizam documentos como fonte de dados; e com 3 resumos aparecem as empresas, correspondendo a 0,6% do total.

No eixo Categoria de Deficiência, a categoria mais freqüentemente referida é a genérica (trata de mais de uma deficiência), com 58,1%, que representam 185 resumos; seguida do subtema deficiência mental (síndrome de Down e outras síndromes) com 14,4% ou 46 resumos; a deficiência auditiva aparece com 10,6%, ou seja, 34 resumos; em quarto lugar, com 8,4%, temos a deficiência visual, correspondendo a 27 resumos; com 4%, o que representa 13 resumos, temos a deficiência física (paralisia cerebral e outras); 11 resumos trabalham com autista 3,4%; apenas 0,6% estudam as altas habilidades e representam 2 resumos.

Esses dados são bastante semelhantes aos do estudo de Manzini (2003). A categoria denominada genérica (não trabalha com nenhum tipo de deficiência específica) também é a mais presente nas publicações, 38 resumos (40%). E na sequência a deficiência mental, com 31 resumos (32,6%), a deficiência auditiva com 10 resumos (10,5%). No estudo de Manzini, diferença entre a deficiência física e a visual é de apenas 1% (7,3% e (6,3%), respectivamente). Já no presente estudo, a diferença entre essas deficiências aumenta para 4,4%.

Os dois estudos apresentam dados diferentes daqueles obtidos nos estudos realizados por Omote (2003). O autor analisou os livros de resumos das Reuniões Anuais de Psicologia, da Sociedade Brasileira de Psicologia, realizadas no período de 1992 a 2001, e dos Simpósios em Filosofia e Ciências, da Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, campus de Marília, realizados no período de 1995 a 2001. O autor obteve como resultado para categoria de deficiência mais freqüentemente estudada a deficiência mental, seguida da deficiência física, e empatadas as deficiências auditiva e visual nos dois eventos abordados.

No quarto eixo temático, Instrumento de Coleta de Dados, podemos observar que, de modo geral, são utilizados mais de um procedimento de coleta de dados, equivalendo a 35,5% dos resumos; 22,3% dos resumos de trabalhos não especificam os procedimentos utilizados para coletar dados; as entrevistas (estruturada e semi-estruturada) aparecem com 14,4%; os questionários (formulários e/ou fichas), com 9,7%; em quinto lugar, temos as observações com 9,4%; seguida de aplicação de protocolo (análise de currículo e/ou literatura) com 6,2%; as filmagens representam 2,2% dos resumos de trabalhos.

Por fim, para o eixo delineamento de pesquisa a grande maioria dos autores, correspondendo a 70% dos resumos (222 resumos) não especificam o tipo de delineamento que utiliza. Os outros 30% se dividem nas categorias estudo de caso, relato de experiência, pesquisa de campo e pesquisa qualitativa.

Podemos considerar que os temas mais estudados em cada categoria parecem ser significantes "... e atuais na área da educação especial e estão intimamente relacionados com a questão da inclusão da

pessoa com deficiência, seja no meio educacional, seja na sociedade, ou seja no aspecto da vida para o trabalho..."(MANZINI, 2003, p 19).

### **Referencias Bibliográficas**

BRASIL, *Plano Nacional de Educação*. Lei N 10.172, de 09.01.2001. Brasília: Diário Oficial da União, 10.01.2001.

BRASIL, *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre as necessidades especiais*. Brasília: Diário Oficial, CORDE, 1994.

FERREIRA, J.R. *Inclusão, políticas públicas e o papel da universidade*. São Paulo: UNIMEP, 2001.

GATTI, B.A. *Algumas considerações sobre procedimentos metodológicos nas pesquisas educacionais*. São Paulo: EccoS, Uninove, 1999.

GIL, A.C. *Como Classificar as pesquisas? Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1989.

OMOTE, S. Inclusão: perspectivas em pesquisa. In: MARQUEZINE, M.C; ALMEIDA, M.A; OMOTE, S.(Org). *Colóquios sobre pesquisa em educação especial*. Londrina: Eduel, 2003. p.101-111.

MANZINI, E. J. Análise de artigos da revista brasileira de educação especial. *Revista brasileira de educação especial*, V.9, n.1, p.13-23. 2003

NUNES, L.R.O.P.; FERREIRA, J.R.; MENDES, E.G.& GLAT, R. *Análise crítica das teses e dissertações sobre educação especial nas áreas de Educação e Psicologia*. Relatório final submetido ao CNPq, 2001.

RODRIGUES, A. *Psicologia Social*. Petrópolis: Vozes, 1973.

### **Bolsa: CNPq**